



MUNICÍPIO DE GUAÍRA

CNPJ nº 48.344.014/0001-59 DIRETORIA DE JUSTICA

www.guaira.sp.gov.br



diretoriadejustica@guaira.sp.gov.br

086/2025 - BO

PARECER JURÍDICO

Processo número Inexigibilidade

Valor

047/2025

013/2025

R\$ 25.000,00

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO EM PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E ASSESSORIA COM FOCO EM APRIMORAR A INTEGRAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável à matéria.

RELATÓRIO

Chega até este subscritor a presente solicitação de análise jurídica da legalidade do texto da minuta do contrato em cotejo (ut fls. 108), na modalidade inexigibilidade, com fundamento no artigo 74, inciso III, "f", da atual Lei de Compras (Lei nº 14.133/2021).

No corpo do acervo observamos a autorização de processamento às fls. 26, justificando, assim, a necessidade da contratação.

Observamos, igualmente, que estão presentes

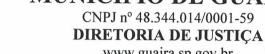
Fls. 5/7 Estudo Técnico Preliminar;

Fls. 12/18 Termo de Referência; Fls. 21

Quadro de Cotações; Fls. 26

Autorização de Processamento;

MUNICÍPIO DE GUAÍRA





www.guaira.sp.gov.br diretoriadejustica@guaira.sp.gov.br

Fls. 27/29 - Portaria Designando Servidores Municipais para atuarem como Agentes de Contratação, Pregoeiros e/ou Membros da Comissão de Contratação;

Fls. 30

Nomeação de Gestor(es) e Fiscal(is);

Fls. 40

Declaração de Exclusividade;

Fls. 41 e seguintes

Atestados de Capacidade Técnica e

Títulos;

e, finalmente,

Fls. 89/103

Minuta do Contrato.

Esta a síntese do essencial.

ANÁLISE JURÍDICA

O processo chegou a este signatário para análise prévia dos aspectos jurídicos da Minuta de Contrato, como manda o artigo 53, da Lei de 2021.

Antes de qualquer coisa, mister consignar que a presente análise tem por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em referência.

A responsabilidade deste advogado é prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa. E diante do fato que se lhe apresenta, entendemos que a escolha por tal modalidade é possível dentro do ponto de vista jurídico.

Não será demais lembrar, de maneira vincada, que não é atribuição do subscritor avaliar se os valores praticados estão de acordo, bem como, igualmente, não é de sua alçada a análise técnica da solicitação da contratação.

Portanto, não sendo prerrogativa do signatário verificar e/ou realizar quaisquer análises técnica e administrativa, repita-se, com escusas pela redundância.

Relativamente à questão jurídica, que é de competência deste advogado, temos que os apontamentos acima realizados são de

*



MUNICÍPIO DE GUAÍRA

CNPJ nº 48.344.014/0001-59

DIRETORIA DE JUSTICA





responsabilidade dos Técnicos do Departamento de Compras e do Órgão Solicitante, observamos que a Minuta do Contrato foi elaborada com base na Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) e cumpre os Princípios Constitucionais da Legalidade, da Impessoalidade, da Igualdade, da Moralidade e da Supremacia do Interesse Público, a fim de solucionar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

CONCLUSÃO

A Minuta do Contrato está de acordo com os dispositivos legais pertinentes e já acima mencionados.

Ao cabo da presente manifestação, registramos que a análise consistente neste estudo se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e na minuta do Contrato, com seus anexos, não se acrescentando os elementos técnicos ligados ao certame, como os de ordem financeira e/ou orçamentárias, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e pela Autoridade Competente do Município.

Fls. 32: como pode um PEIXE VIVO viver fora da água

fria?

Esta, s.m.j. e ad referendum dos demais envolvidos, é a nossa orientação.

Guaira, 16 de abril de 2025.

Diretor de Justiça e Segurança Pública